

Calote não abalaria os bancos

CLAUDIO LESSA
Correspondente

Washington — Os nove bancos norte-americanos mais envolvidos com a dívida externa dos países em desenvolvimento (Bank of America, Manufacturers Hanover, Continental Illinois, Bankers Trust, J.P. Morgan, First Chicago, Chase Manhattan, Chemical Bank e Citicorp) continuariam solventes, mesmo que cada um deles desistisse de 100 por cento do saldo da dívida aos seis países mais endividados (Brasil, Argentina, Chile, México, Venezuela e Filipinas). A afirmação foi feita por William Seidman, presidente da Federal Deposit Insurance Corporation, entidade encarregada de estender a garantia do governo federal aos correntistas de bancos e cadernetas de poupança nos EUA. A posição foi defendida também por Pedro Pablo Kuczynski, presidente do First Boston International, que acredita também na necessidade de "novas iniciativas, urgentemente".

A discordância ficou por conta do professor Jaffrey D. Sachs, da Universidade Harvard: "A conversa dos banqueiros não é exatamente reta", e citando como exemplos casos ocorridos na Costa Rica, Bolívia e Peru, "as soluções voluntárias não funcionam e não funcionarão".

No depoimento que prestou à comissão parlamentar encarregada de tentar

analisar o impacto dos problemas econômicos internacionais sobre o sistema financeiro dos EUA, L. William Seidman disse também que apóia o pedido feito pelo presidente eleito George Bush no sentido de "um exame totalmente novo" da política norte-americana sobre a questão da dívida, acrescentando que, "para os bancos regionais norte-americanos, essa questão já está superada".

O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, quase não conseguiu fazer seu pronunciamento: foi o sétimo

dos oito depoentes, e a esta altura, quase todos os membros da comissão (exceto o presidente, Henry Gonzalez) haviam abandonado a sala. Ele deixou de lado o texto preparado previamente, afirmando, entre outras coisas, que "as elites governamentais políticas não aceitam a perspectiva de se obter o alívio para o problema da dívida", enumerando vários motivos, tais como "subordinação aos interesses dos Estados Unidos, receio de que o perdão não deixe que eles sejam vistos mais adiante como países desenvolvidos".